

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Cosmovisões da natureza. Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima. Campos dos Goytacazes - RJ.**

Klenio Costa.

Cita:

Klenio Costa (2009). *Cosmovisões da natureza. Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima. Campos dos Goytacazes - RJ. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1063>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Cosmovisões da natureza**

## **Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima Campos dos Goytacazes – RJ<sup>1</sup>**

**Klenio Costa**

*Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Universidade Federal de Pernambuco  
kvcosta@gmail.com.*

*... a “nossa” Natureza e a “nossa” ciência podem muito bem ter a sua data de nascimento, o que não quer dizer que anteriormente não se observasse nada. Numa palavra, sempre se observou a Natureza, só que não era a mesma. (LENOBLE, 1990:28)*

### **INTRODUÇÃO**

A humanidade é um potencial agente de alteração extrema dos ciclos naturais. Neste sentido, foram a partir das conquistas “civilizatórias”, alcançadas por uma parcela da sociedade global, especificamente no século XVIII, que são amplificadas as perturbações no equilíbrio do sistema Terra e é alterado radicalmente o ecossistema global no desígnio de forjar o presente modelo de vida: uma sociedade urbano-industrial. Assim, é necessário ressaltar que as mudanças ambientais, atualmente em curso,

---

<sup>1</sup> Esta comunicação foi baseada nos capítulos primeiro e quinto da dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2008 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), que possui título homônimo ao deste artigo.

além de possuírem escopo global estão intimamente relacionadas a um momento histórico, em que o ser humano é dotado da capacidade de se estabelecer no ecossistema sem que a ele esteja dependente. Nas últimas quarenta décadas, uma parcela desta sociedade urbana e industrial, tem se convencido mais e mais que a partir de seu modo de vida obteve ganhos inúmeros em relação à qualidade de vida. Contudo, acompanhado desta satisfação há um sentimento de mal-estar, que tem por origem a perda de outras dimensões que influem e são valorizadas na composição de seu bem-estar. A Natureza, por exemplo, é uma delas. O desalento, imposto pela vida opressora e violenta nos centros urbanos, fez com que o “*meio ambiente*” alcançasse um extraordinário valor na atualidade. Este valor, não está somente circunscrito a uma dimensão econômica, mas, sobretudo, nos aspectos simbólicos que são atribuídas a Natureza.

Recordar a história recente, com a atenção direcionada para a “*questão ambiental*”, implica na observação que um representativo número de discussões, debates e eventos locais e globais foram realizados nas últimas quatro décadas, com o objetivo de colocar em evidência a Natureza. Através dos temas ligados à pobreza ou ao padrão de desenvolvimento industrial-econômico. Conforma-se, então, o reconhecimento por esta parcela da sociedade global de que o modelo de desenvolvimento estabelecido penaliza tanto o meio ambiente quanto as populações nele imersas. Tal ponderação inaugurou um debate acerca da adoção de mecanismos que viabilizem a proteção da Natureza.

Nestes debates – dirigidos sob a tutela da ciência, a concepção universalista de Homem, e do mercado auto-regulável – alternativas foram propostas para se realizar a defesa dos “*ecossistemas*” e a preservação dos “*recursos naturais*”. Dentre a ampla gama de ações destacam-se as Unidades de Conservação<sup>2</sup>, que constituem uma política pública que se propõe a diminuir os efeitos da destruição dos ecossistemas por meio do estabelecimento de áreas naturais legalmente instituídos pelo Estado.

Entretanto, cabe ressaltar que o escopo alcançado pela emergente temática ambiental e suas implicações junto a interesses particulares, transportou o debate dos centros de pesquisa, para a sociedade civil organizada – partidos políticos, movimentos sociais ambientalistas –, o cidadão comum e as “*populações tradicionais*”<sup>3</sup>. Toda esta agitação denota que a questão tem por necessidade a integração e participação desta diversidade de áreas de conhecimento e setores sociais. De modo geral, os atores sociais se voltam para discussão da questão ambiental com o objetivo de garantir uma forma de promover a proteção da Natureza com distribuição equânime dos bens (diretos e indiretos) que ela proporciona. Assim, por um lado, há aqueles que participam por buscarem a defesa e permanência das práticas históricas de seus grupos étnicos e culturais e, por outro, há os que

---

<sup>2</sup> De agora em diante referida também como UCs.

<sup>3</sup> O conceito de povos tradicionais utilizado neste trabalho é o sugerido por Little (2002), este abriga em seu interior uma diversidade de grupos humanos que apresentam diferentes formas fundiárias. Estes grupos mantêm vínculos de identificação territoriais, baseados em suas relações com o ambiente biofísico, visível pela dimensão histórica de sua ocupação e por suas lutas e estratégias para se manter em seus respectivos territórios.

participam com o intuito de garantir medidas políticas que não prejudiquem o crescimento econômico da sociedade ampla.

Neste relacionamento, marcado pela oposição de múltiplos interesses, nem sempre a concordância sobre as medidas protecionistas é estabelecida. O desenho que vem se conformando, a respeito do debate ambiental, nas várias escalas, não tem se apresentado como favorável ao estabelecimento do consenso e/ou o envolvimento dos múltiplos interesses. Neste sentido, cada vez mais a discussão tende a cristalizar o pensamento único sobre o meio ambiente e, assim sendo, tal articulação conduz a uma completa rejeição de outros projetos sócio-ecológicos que empreendam sozinhos ou articulados a defesa da Natureza.

Prevalece, portanto, o dissenso, o descaso e/ou a intransigência (de modo consciente ou não), por parte de alguns dos atores sociais envolvidos no debate, principalmente por não “reconhecem” as especificidades culturais e/ou posicionamento político daqueles que fazem “oposição” no que tange a “questão ambiental” que se apresenta como legítima. A inexistência quanto a ampla participação dos diversos seguimentos sociais constitui um dos principais fatores que corroboram para o insucesso das políticas públicas de proteção da Natureza.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Nas Ciências Sociais, o estudo das Representações Sociais remonta ao surgimento da Sociologia como disciplina desde o século XIX, com destaque para o trabalho de Émile Durkheim. As investigações sociológicas deste autor tinham por objetivo discutir a importância das representações dentro de uma coletividade e como estas influem nas decisões tomadas pelos membros deste coletivo. Portanto, para a Sociologia Durkheimiana, as *representações coletivas* permitem que as pessoas se orientem em seu mundo material e social, controlem-no e se comuniquem umas com as outras, através de um código comum de denominação e de classificação dos vários aspectos deste mundo, de sua história individual e grupal.

Em “*As formas elementares da Vida Religiosa*” (1989) Durkheim salienta que as representações religiosas, assim como as demais representações coletivas estão relacionadas “a um conjunto de práticas; e também a um sistema de idéias, cujo objetivo é exprimir o mundo” (1989:231). Segundo, Durkheim o conceito de representações coletivas está relacionado à *coesão do grupo*. De modo complementar à concepção durkheimiana, Mauss ressalta que as representações coletivas – entendidas por este autor como: “*idéias, conceitos, categorias, motores de atos e práticas tradicionais, sentimentos coletivos e expressões*” (1974:185) – são o conceito essencial da Sociologia, pois são em torno destas idéias comuns, tais

como religião, pátria e moeda, que “*se agrupam, tanto quanto sobre o solo, os homens, como seu material, seus números, suas histórias*” (1974:184). Mauss salienta ainda que, mesmo fenômenos de caráter diferentes, até os físicos, como, por exemplo, a guerra, são motivados por representações.

As análises sociológicas baseadas na concepção de representação coletiva conduzem a conclusões que enfatizam o equilíbrio e a harmonia inerente ao compartilhamento de um conjunto de conceitos: uma visão de mundo. Contudo, ao utilizar o conceito de Representações neste trabalho, tem-se em vista a contribuição proposta por Serge Moscovici. A perspectiva assumida por este autor é tributária direta da concepção de Representação Coletiva formulada por Durkheim, entretanto, para Moscovici, as representações são fenômenos específicos que perpassam um modo particular, dentre muitos, de compreender a realidade em suas dimensões simbólicas e materiais. É com o intuito de enfatizar esta diferenciação que o autor substitui o termo “*coletivo*” por “*social*” (MOSCOVICI, 2003:49). Tal distinção, busca realçar que as representações sociais equivalem a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos, que através delas compreendem e transformam sua realidade.

A formulação conceitual proposta por Moscovici introduz uma perspectiva não contemplada no pensamento durkheimiano, a saber, a “*variação e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades*” (MOSCOVICI, 2003:15). Para Moscovici, tal diversidade de representações deriva da diversidade presente no interior de uma dada sociedade, em que as “*diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações*” (MOSCOVICI, 2003:15). Assim, as representações sociais são a forma da criação coletiva, que sob outras condições da vida social, podem vir a se constituir de maneiras diferentes.

Por conseguinte, neste estudo, parte-se do pressuposto de que as Representações Sociais são o elemento central na determinação da singularidade de uma organização social. Godelier, afirma que nenhuma ação intencional do homem pode começar sem a existência de representações. Assim, toda força produtiva material contém em seu germe um elemento ideal complexo que não pode ser considerado uma representação passiva e construída *a posteriori*, no pensamento desta força produtiva, mas tal representação é um componente ativo, uma condição interna de seu aparecimento (GODELIER *apud* CARVALHO, 1981:183). Desta forma, o autor acrescenta:

um processo de trabalho comporta muitas vezes atos simbólicos pelos quais se age não sobre a natureza visível, (...), mas sobre poderes invisíveis que controlam a reprodução da natureza e são tidos como podendo conceder e negar ao homem o que ele espera: uma boa safra, uma boa caça, etc. Esta parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real como as ações materiais sobre a natureza, mas sua finalidade, suas razões de ser e sua organização interna constituem igualmente realidades ideais, cuja origem é o pensamento que interpreta a ordem escondida do mundo e organiza a ação sobre as potências que o controlam. (GODELIER *apud* CARVALHO, 1981:185)

Neste sentido, tomamos a concepção proposta por Godelier de que o meio biofísico é perpassado por dimensões imaginárias. Nesta perspectiva, conforme Lenoble (1990) toma-se o posicionamento de que a Natureza é reflexo do olhar humano. Deste modo, não existe uma Natureza em si, existe apenas uma Natureza pensada<sup>4</sup>, o que encontramos é sempre uma idéia de Natureza, que toma sentidos radicalmente diferentes segundo épocas e contextos sócio-culturais.

### **Do porto à Faixa Marginal de Proteção: o (não) diálogo entre as Representações Sociais da Natureza<sup>5</sup>**

Historicamente, a questão ambiental envolvendo áreas naturais protegidas se desenvolve surge como pertencente ao exclusivamente ao âmbito do natural e, esta por sua vez, compreendida como passível de ser decomposta. Tal visão de mundo pressupõe que a Natureza (nomeada como *recursos naturais*) constitui um *objeto* desenraizado das relações sociais. Nos primeiros momentos dos debates sobre a conservação, séculos XIX e XX, esta representação da Natureza foi dominante. Contudo, nos últimos quarenta anos este quadro se altera e no campo da conservação da natureza, ganha força o ponto de vista que defende a noção do desenvolvimento sustentável.

Especificamente no que diz respeito às áreas naturais protegidas, sob esta ideologia, são instituídas no Brasil e no mundo UCs que possibilitam a coexistência de pessoas e os recursos naturais. Entretanto, a possibilidade de unidades de uso sustentável não provocou o efeito esperado: *o de proteger e conservar a qualidade ambiental dos sistemas naturais existentes, bem como, à melhoria da qualidade de vida da população local* (CONAMA, Resolução 10, 1988). O exemplo da APA Lagoa de Cima, reforça esta lamentável constatação.

Uma das dimensões do conflito ambiental em UCs de uso sustentável, diz respeito a forma como é conduzida a implementação da política ambiental, a saber, aprisionada às informações contidas nas ciências naturais e, desta forma, negligente as reivindicações de outros atores sociais existentes no interior destas áreas protegidas. Projetos estes destoam do projeto societário urbano industrial. Em

---

<sup>4</sup> A cerca da sobreposição de dimensões materiais e simbólicas na construção da Natureza, é imperativo afirmar que o espaço não é unicamente estruturado segundo o sistema de significações, assim sendo, ele não é possível independentemente da realidade material.

<sup>5</sup> A discussão que segue foi realizada com base no trabalho de campo realizado junto a pescadores e administradores públicos de autarquias ligadas à gestão do meio ambiente.

resumo, perdura nas políticas públicas e em seus executores uma concepção universalista dos direitos. Não obstante, esta pretensa igualdade de acessos, pressupõe que compartilhamos a condição homogeneizante de “*sujeitos modernos*”<sup>6</sup>.

Neste sentido, o conflito socioambiental instaura-se no momento em que não ocorre uma sensibilização por parte dos executores das políticas ambientais, de que envolvidos na questão da conservação encontram-se atores sociais dotados de *representações de natureza* distintas daquela que é hegemônica. Tais particularidades, por destoarem do projeto sócio ecológico urbano-industrial, tornam tais populações invisíveis, se não, indesejáveis para o Poder Público. Neste sentido, a preponderância da concepção da Natureza desenraizada do social, não vislumbra outra saída como forma de resolução do impasse que não seja: *a criminalização dos comportamentos anômicos*.

... eles [o pessoal da fiscalização] podem te dizer com mais exatidão qual a origem destas pessoas.(...) Às vezes as pessoas casam e não têm onde morar e acabam invadindo o local. Ou pode ser alguém que atraído pela beleza da Lagoa de Cima resolveu fixar residência lá indevidamente. Então você deve ter assim uma infinidade de situações. Pessoas que sem onde morar invadiram a lagoa para poder construir, mas tem pessoas também que invadiu simplesmente para poder ter um espaço privilegiado sem necessidade. De repente pessoas que moram lá, mas tem outras casas, tem pessoa que até aluga a casa que ela já tem e fica morando lá. (Secretário de Meio Ambiente municipal)

Como esclarece o Secretário de Meio Ambiente de Campos dos Goytacazes aqueles que ocupam irregularmente as áreas do entorno da Lagoa de Cima são objetos de atenção por parte da secretaria, através da divisão de fiscalização. Outro elemento a ser destacado, diz respeito a condição de igualdade de condição na qual todos os que ocupam o entorno da Lagoa de Cima são classificados: “*invasores*”. Quando, notadamente há amplas diferenças entre estes, uma vez que presentes na ocupação irregular da Faixa Marginal de Proteção (FMP), encontram-se desde filhos de pescadores que se dedicam ao ofício que aprenderam com seus pais, passando por pessoas que migraram para as áreas do entorno fugindo das áreas periféricas do município, até as residências destinadas ao veraneio. Sobre tal diversidade o pescador ressalta que,

Muitos dos que estão construindo aí é pra botar comércio pra sobreviver (...) porque a facilidade de vida aqui é melhor do que na cidade. Antigamente o povo corrido da lagoa armaram as favelas. Hoje já está quase sendo proibido as favelas, (...) eles vêm invadindo porque quem é que não quer ter um pedaço de terra!

*Essas pessoas que estão construindo esses bares elas são daqui?*

---

<sup>6</sup> Para Hall, esta visão compreende o sujeito, “*como uma figura discursiva, cuja forma unificada e identidade racional [são] pressupostas tanto pelos discursos do pensamento moderno quanto pelos processos que moldaram a modernidade*” (2003:23).

Não, a maioria é de fora, mas tem os daqui também, porque a *praia* é boa pra o negocio né! Mas quando termina o verão não tem nada. O cê sabe o que esta acontecendo? O povo do lugar nunca teve direito a nada porque sempre foi fiscalizado então uns moravam dentro da casa de seus pais. Arrumava ate família! Não tinha condições de comprar um terreno. Eu tive um sacrifício pra adquirir isso aqui, muito sacrifício. Então hoje devido ao povo de fora que veio de trailer de lancha e perdeu o emprego comprou um trailer e pôs uma pescaria. Bota o trailer na beira da estrada, aí bota aquela armação muito mal feita de madeira, uma varandinha aí quando imagina já tá com o alicerce já pronto dentro de casa com as paredes, é gente inteligente. A fiscalização vem e manda parar, mas quando ela vira as costas manda o pedreiro fazer noite. Nestes tempos, disseram que iriam tirar aquela turma toda que tem aqui na parte de baixo. Porque da estrada pra baixo é patrimônio da União.

Conforme a legislação ambiental brasileira, as Áreas de Proteção Ambientais<sup>7</sup> visam a proteger e conservar a integridade dos sistemas naturais existentes por meio da preservação da “*diversidade biológica*”. Concomitante a isto é objetivo das APAs assegurar o bem-estar e melhorar a qualidade de vida das populações locais nela inseridas. Contudo, é observado que no momento de tornar operacional a conservação do “*meio ambiente*”, preponderaram aspectos relativos a Representação na Natureza desvinculada dos aspectos sociais, especificamente as Representações Sociais de Natureza daqueles que tradicionalmente habitam tais áreas. Deste modo, para técnicos e gestores públicos, envolvidos no processo de institucionalização de uma UC, a presença de populações com projetos sócio-ecológicos distintos, consiste em um empecilho a conservação da Natureza.

## CONCLUSÃO

Por fim, cabe ressaltar que dada à incidência destas especificidades na percepção do que venha a ser a Natureza para os diferentes atores sociais, instaura-se uma situação de conflito, ainda que latente, haja vista que seus interesses (simbólicos e materiais) acerca da Lagoa de Cima são opostos. A principal questão que se apresenta está relacionada à possível imposição, por parte do Estado, de uma lógica de organização e instrumentalização do espaço, a partir de restrições de uso dos *recursos naturais*, que não atende as demandas dos pescadores da Lagoa de Cima.

Em vista disso, apresenta-se a necessidade intrínseca de se pensar na conservação da biodiversidade associada à sócio-diversidade ou diversidade cultural e, logo na elaboração de planos de manejo, construir mecanismos com o objetivo de incorporar o saber tradicional – suas formas de gestão do espaço e aspirações. Em essência, almeja-se que no processo de elaboração das políticas ambientais cesse o autoritarismo, baseado na exclusividade do conhecimento científico na produção de verdades

---

<sup>7</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), as UCs dividem-se em dois grupos: *Unidades de Proteção Integral*, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O segundo grupo é constituído pelas denominadas UCs de *Uso Sustentável* cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da Natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

e na criminalização das práticas locais e sejam incorporadas as cosmovisões da Natureza que fazem parte da cultura local, com o intuito de tornar os artifícios de proteção da Natureza amplamente aceitos, legítimos e eficientes.

## Referencial bibliográfico

- ACSELRAD, Henri. "Conflitos Ambientais — a atualidade do objeto", "As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais". In: ACSELRAD, Henri. (org) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- CARVALHO, Edgar de Assis (Org.). GODELIER, Maurice. Col. *Grandes Cientistas Sociais*. SP: Ática, 1981.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, RESOLVE: As Áreas de Proteção Ambiental - APA'S ... RESOLUÇÃO CONAM Nº 010 de 14 de dezembro de 1988. Publicado no Diário Oficial da União - de 11/08/89
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1989
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
- LENOBLE R. "Apresentação", "Introdução" e "A Natureza Mágica". In: \_\_\_\_\_ *História da Idéia de Natureza*. Lisboa, Edições 70, 1990
- LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. (Serie Antropológica - Departamento de Antropologia da UNB) 2002. Disponível em <[http://www.unb.br/ics/dan/serie\\_antro.htm](http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm)>. Acesso em mai. 2007.
- MAUSS, Marcel. *Relações Reais e Práticas Entre a Psicologia e a Sociologia*. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.